



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 010/2024**

Aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro, (18/06/2024) o **MUNICÍPIO DE VALENÇA**, pessoa jurídica de direito interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.235.899/0001-36, com sede administrativa na Rua General Labatut, s/nº - Centro – Valença – Bahia, neste ato representado pelo seu Prefeito o **SR. JAIRO DE FREITAS BAPTISTA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 08647001099 – SSP/BA e CPF/MF nº. 052.582.605-00, residente e domiciliado a Rua Amélia Andrade nº 64, Graça, Valença-Bahia, nos termos do art. 82 da Lei Federal 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 697, de 07/02/2011; e através da **Secretaria Municipal de Educação do Município de Valença-BA**, órgão gerenciador da Ata, com sede no Município de Valença/BA, e pela **SRA. ALBETE FREITAS DE SOUSA PEREIRA** – Secretária Municipal de Educação – Decreto nº 4.544/2022, residente e domiciliado em Valença-Bahia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2024**, publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 8218; Diário da União e Jornal a Tarde de 23 de abril de 2024, Processo Administrativo nº 053/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **V M C COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **17.412.689/0001-64**, com sede na Rua Jonas de Souza, nº 169, Bairro Parque IPE, Cidade Irará/BA., CEP: 44.255-000, E-mail: vmc.comercio@hotmail.com; Tel: (71) 93382-1152, neste ato representada pelo **SR. VALDIR NASCIMENTO FREITAS**, portador(a) da Cédula de Identidade nº. 60363803 – SSP/BA E CPF nº 902.822.645-15, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Federal nº 11.462/2023, de e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa para **eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para atender as necessidades da prefeitura, secretarias e fundos municipais, bem como para a manutenção e apoio aos núcleos abertos à população, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações dos objetos e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

LOTE 1 - MERCEARIA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

1	AÇÚCAR CRISTAL - de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. Produto obtido do suco da cana de açúcar, tipo cristal, contendo no mínimo 99,3% de sacarose, admitindo umidade máxima de 0,3% p/p, livre de fermentação, inseto de sujidades, de matérias terrosas, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes, atóxica, transparentes, incolor, lacrada. Apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	20.000	R\$ 4,05	R\$ 81.000,00	ARCO VERDE
2	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO - 100% stévia. Ingredientes: água, edulcorantes naturais glicosídeo de steviol; conservantes benzoato de sódio e sorbato de potássio; acidulante ácido cítrico. Sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfame-k. Unidade de 80 ml. Prazo de validade mínimo de 2 anos a contar a partir da entrega.	UND	10	R\$ 14,10	R\$ 141,00	ADOCYL



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

3	AMIDO DE MILHO - Apresentado em pacote de 200 g, embalagem de polietileno, limpo, não violado, resistente à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 1 (um) ano a partir da data de entrega.	UND	8.000	R\$ 5,05	R\$ 40.400,00	MAISENA
4	ARROZ BRANCO POLIDO - Tipo I – grãos inteiros e de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 14%. O produto não deve apresentar grãos disformes, ardidos, mofados, quebrados e manchados e o percentual de impurezas não pode ultrapassar 5% (grãos queimados, pedras, casacas e pedaços de talos). O produto não deve apresentar matérias estranhas como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades e restos de insetos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos	KG	10.000	R\$ 5,05	R\$ 50.500,00	EMOÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.					
5	ARROZ PARBOILIZADO. Tipo I – grãos inteiros e de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 14%. O produto não deve apresentar grãos disformes, ardidados, mofados, quebrados e manchados e o percentual de impurezas não pode ultrapassar 5% (grãos queimados, pedras, casacas e pedaços de talos). O produto não deve apresentar matérias estranhas como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades e restos de insetos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto,	KG	20.000	R\$ 5,18	R\$ 103.600,00	AGRODEZ



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	marca do fabricante e prazo de validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.					
6	ARROZ INTEGRAL. Tipo I – grãos inteiros e de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 14%. O produto não deve apresentar grãos disformes, ardidos, mofados, quebrados e manchados e o percentual de impurezas não pode ultrapassar 5% (grãos queimados, pedras, casacas e pedaços de talos). O produto não deve apresentar matérias estranhas como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades e restos de insetos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.	KG	30	R\$ 6,35	R\$ 190,50	TIO JOÃO
7	AVEIA EM FLOCOS FINOS - Apresentado em pacote de 170g. Produto resultante da moagem de	UND	1.000	R\$ 4,92	R\$ 4.920,00	NESTLE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	<p>grãos de aveia. Composição em uma porção de 30g: 4,3g a 4,6g de proteína, 3,0g a 3,4g de fibra alimentar. Os flocos de aveia devem ser fabricados com produto de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os flocos de aveia que apresente odor oxidado e/ou de mofo, presença de sujidades, parasitas e larvas. A embalagem secundária deverá ser de caixa de papelão resistente à manipulação e armazenamento, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.</p>					
8	<p>BISCOITO DOCE TIPO "MAISENA" - composição: farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos</p>	PCT	600	R\$ 4,53	R\$ 2.718,00	MARILAN



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	<p>anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, data de validade e peso líquido. Apresentar validade mínima de 7 (sete) meses a partir da data de entrega.</p>					
9	<p>BISCOITO DOCE TIPO "MARIA". Composição: farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, açúcar invertido, soro de leite, sal e fermento químico. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e me perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de</p>	PCT	600	R\$ 5,36	R\$ 3.216,00	MARILAN



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	fabricação, prazo de validade e peso líquido. Apresentar validade mínima de 7 (sete) meses a partir da data de entrega.					
10	<p>BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE- Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, amido de milho, estabilizante lecitina de soja, aroma, artificial de leite. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isentas de materiais terrosos, parasitas e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozido, queimado e de caracteres organolépticos anormais, sem crocância, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiços. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega.</p>	PCT	60	R\$ 5,41	R\$ 324,60	FABISE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

11	BISCOITO SALGADO TIPO "CREAM CRACKER" - obtido pela mistura de farinha (s), amido (s) e ou fécula (s) com outros ingredientes, submetidos a processo de amassamento e cocção. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e me perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. Validade mínima de 7 (sete) meses a partir da entrega.	PCT	1.000	R\$ 4,62	R\$ 4.620,00	MARILAN
----	--	-----	-------	----------	--------------	---------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

12	CACAU EM PÓ (100% CACAU) (pacote com 180g) ingredientes: Cacau em pó. NÃO CONTÉM GLÚTEN. A embalagem secundária deverá ser de caixa de papelão resistente à manipulação e armazenamento. Conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	3.500	R\$ 23,81	R\$ 83.335,00	MAVALERIO
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO- isento de sujidades e materiais estranhos. Embalado a vácuo, contendo 250g. De primeira qualidade, com grau de intensidade 8. Grau de torra médio. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e com registro no ministério da saúde, selo de pureza ABIC - Associação Brasileira da Indústria do Café. Atender especificações da Instrução Normativa nº 8, de 11 de junho de 2003. Deverá apresentar validade mínima de 8	PCT	2.000	R\$ 6,13	R\$ 12.260,00	3 CORAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	(oito) meses a partir da data de entrega.					
14	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO - tipo 1, obtida de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, vitaminas (A, B1, B2, B6, PP) e zinco; de cor branca; isenta de sujidades, parasitas e larvas; livre de mofo e materiais terrosos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 1kg.	KG	2.000	R\$ 4,88	R\$ 9.760,00	FINNA
15	FEIJÃO CARIOCA - tipo 1, de 1ª qualidade, embalagem de 1kg. O produto deve ser constituído de grãos inteiros, de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, de cor característica da variedade correspondente e produção de última safra. O produto não deve apresentar materiais estranhos como corpos e detritos de qualquer	KG	30.000	R\$ 6,81	R\$ 204.300,00	KI CALDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	<p>natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades, matéria terrosa, parasitas, insetos vivos ou mortos. O produto deve estar acondicionado em embalagem primária de pacote plástico transparente, atóxico, limpos, não violados, resistentes à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p>					
16	<p>FLOCÃO DE MILHO - Farinha de milho flocada sem sal, não contém glúten. Produto com cor, cheiro e sabor próprios. Com ausência de umidade, fermentação e ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500 g, sacos plásticos transparentes e atóxicos, não violados, resistentes à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de</p>	PCT	8.000	R\$ 1,84	R\$ 14.720,00	MARATA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	identificação e procedência, informação nutricional, nº de lote, data de validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.					
17	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - em pó para diluição, à base de leite de vaca, utilizado para lactentes sadios. Acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Embalagem contendo 800g. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	LT	500	R\$ 55,56	R\$ 27.780,00	NESTLE
18	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES - em pó para diluição, à base de leite de vaca, utilizado para lactentes sadios, conforme RDC nº 43, de 19/09/2011 - ANVISA, acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, contendo 800g, com identificação na	LT	500	R\$ 57,36	R\$ 28.680,00	NESTLE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.					
19	FUBÁ DE MILHO - refinado enriquecido com ferro e ácido fólico, cor amarela: embalagem de 500g, de 1ª qualidade. Produto obtido pela moagem do grão de milho. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas e isentas de matéria terrosa e parasitas e larvas. Não deverá estar úmido, fermentado ou rançoso. Deve conter cor e sabor característicos. Embalagem de saco plástico transparente, resistente a manipulação e armazenamento, impresso as informações exigidas por lei vigente, identificando o número do registro no órgão competente, com prazo de validade mínimo de 06 meses.	PCT	3.000	R\$ 2,58	R\$ 7.740,00	YOKI
20	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE - com lecitina, enzima lactase, fosfato tricálcio, acrescido de vitaminas C, E, A, D e minerais:	PCT	150	R\$ 26,72	R\$ 4.008,00	LA SERENISSIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	cálcio, ferro e zinco, NÃO CONTÉM GLÚTEM. Embalagem unitária com peso de 300g. Prazo de validade mínimo de 7 (sete) meses a contar da entrega.					
21	LEITE EM PÓ INTEGRAL - ingredientes: leite integral, vitaminas (A e D), composição aproximada em 26g (2 colheres de sopa): proteína 6,5 g, carboidratos 10g. Embalagem de polietileno atóxica, tipo sachê, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Não contém glúten. Embalagem de 200g. Prazo de validade mínimo de 8 (oito) meses a contar da entrega.	UND	42.000	R\$ 6,06	R\$ 254.520,00	LA SERENISSIMA
22	LEITE UHT INTEGRAL - EMBALAGEM TIPO TETRAPACK DE (01 LITRO): Ingredientes: vitaminas (A, D e C) e minerais (ferro e zinco) e estabilizantes trifosfato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e citrato de sódio, leite. Acondicionado em embalagem asséptica, cartonada e aluminizada, contendo 01 (um) litro de produto. Deverá constar externamente no rótulo	UND	2.600	R\$ 6,26	R\$ 16.276,00	NINHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	<p>da embalagem os dados de identificação, procedência, informação nutricional, numero de lote, data de validade, temperatura desejável, quantidade do produto, numero de registro e carimbo de inspeção do SIF/DIPOA e/ou SISP e/ou SIM. O produto deverá atender a legislação vigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal do ministério da Agricultura (RIISPOA). Com validade mínima de 03 (três) meses, a partir da data de entrega do produto.</p>					
23	<p>MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS - pacote de 500g. Ingredientes básicos: farinha de trigo de sêmola ou semolina enriquecida com ferro e acido fólico, ovos e corante natural de urucum ou outras substâncias permitidas e submetidas a processos tecnológicos adequados. Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de materiais terrosos, parasitos e larvas.</p>	UND	70.000	R\$ 3,14	R\$ 219.800,00	VILMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, lote. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da entrega.					
24	MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO – massa alimentícia de arroz integral. Ingredientes: farinha de arroz, farinha de arroz integral, amido modificado, Sem glúten. Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de materiais terrosos, parasitos e larvas. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, lote. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da entrega. Pacote de 500g.	UND	100	R\$ 7,94	R\$ 794,00	URBANO
25	MASSA DE SOPA PAI NOSSO - Pacote de 500g. Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais: cúrcuma e urucum. Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de materiais terrosos,	UND	7.000	R\$ 6,03	R\$ 42.210,00	YARA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	parasitos e larvas. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, data de fabricação e lote. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da entrega.					
26	MILHO BRANCO - tipo 1, classe branca, despeliculado. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, data de fabricação e lote. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da entrega. Embalagem pacote de 500 g.	UND	1.500	R\$ 4,02	R\$ 6.030,00	CUCO
27	ÓLEO DE SOJA - derivado de soja comestível e refinado. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Embalagem pet de 900 ml.	UND	2.600	R\$ 7,23	R\$18.798,00	SOYA
28	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA - PACOTE DE 400G. Granulada.	UND	20.000	R\$ 7,07	R\$ 141.400,00	SORA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	Farinha de soja desengordurada. O produto deve estar seco e solto na embalagem, não apresentar insetos ou manchas no conteúdo. Embalagem resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade e lote. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da entrega.					
29	SAL IODADO DE MESA - contendo sal iodado não tóxico, com ausência de umidade, sujidades, parasitas e larvas. A embalagem devem ser sacos plásticos transparentes e atóxicos, não violados, resistentes à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, nº de lote, data de validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	3.600	R\$ 1,35	R\$ 4.860,00	CAVALIMHA
30	VINAGRE DE ALCOOL- Embalagem 500 ml. Composição: fermentado acético de álcool e água, conservante: metabissulfito de sódio. Acidez volátil 4,0%, não contém glúten. A	UND	6.000	R\$ 1,35	R\$ 8.100,00	MARATA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência. Data de validade mínima de 1 (um) ano a partir da data de entrega na unidade requisitante.					
Total Geral do Lote 01					R\$ 1.397.001,10	

Total Geral R\$ 1.397.001,10 (um milhão e trezentos e noventa e sete reais e dez centavos). A ser pago mediante depósito na Conta Corrente nº 36550-5, AG: 2967-X, Banco Brasil-001.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1.O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação

- a. Além do gerenciador, os demais Órgãos e entes que integram a Administração Pública Direta e Indireta do Município são participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2.A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante



aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8.Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9.A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos (art. 23, Decreto Federal nº 11.462/2023)

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e



- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou**
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de



2021, Restringindo-se o reequilíbrio a alguns itens fornecidos em circunstâncias específicas, a ata poderá prever preços distintos na forma do artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, observar-se-á o seguinte:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado., conforme §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,



observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

12. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Município de Valença - BA, conforme o disposto na Lei n. 14.133/2021.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao ÓRGÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

GERENCIADOR, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto n. 11.462/2023 e na Lei n. 14.133/2021.

13.2 .Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento a órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14- DO FORO:

14.1. As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Amargosa - BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Valença/Bahia, 18 de junho de 2024

MUNICÍPIO DE VALENÇA
JAIRO DE FREITAS BAPTISTA
Prefeito

MUNICÍPIO DE VALENÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ALBETE FREITAS DE SOUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação – Decreto nº 4.544/2022
Órgão gerenciador

EMPRESA:

V M C COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ sob o nº. 17.412.689/0001-64

Endereço: Rua Jonas de Souza, nº 169, Bairro Parque IPE, Cidade Irará/BA., CEP: 44.255-000.

Representante Legal: VALDIR NASCIMENTO FREITAS

RG nº. 60363803 – SSP/BA

CPF nº 902.822.645-15

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL